

O Cimi propõe divisão do Brasil em várias Nações

BENEDICTO FERRI DE BARROS

Sob o ângulo geopolítico — no sentido de ocupação de território por poderes do Estado — o período que se inicia com a História Moderna avança pela fase Contemporânea, delimita-se a partir da Primeira Guerra; mas só entra em reversão a partir do fim da Segunda, caracterizada um ciclo de expansão mundial dos povos europeus como conquistadores militares do mundo. Era o chamado colonialismo político que levou ibéricos, ingleses, franceses, holandeses, alemães etc. a se expandirem por todos os continentes e a estabelecer sobre nações e povos americanos, africanos e asiáticos, seu império político-econômico e militar. Esse imperialismo criou sua autojustificação doutrinária e ideológica, fazendo em nome da "Humanidade", do "progresso", da "salvação das almas", obediendo, em sua autocomplacência, a qualificar-se como sacrifício missionário: "the whiteman's burden" (a carga do homem branco) segundo a expressão de Kipling. Polimórfico em suas manifestações, atividades e ideologias, eclético em seus avanços e recuos, ainda ontem, na década de 30, ele renasceria, sob novo e perigoso esparso, em duas das mais "civilizadas" nações européias — a Itália e a Alemanha — como maneira política de ver o mundo. O fascismo e o hitlerismo redobravam em suas ambições expansionistas os conceitos de "humanidade", "mito", "espaço vital", "superioridade étnica, cultural e racial", enfim, o direito a missão dos brancos europeus de estenderem suas luzes e seu império sobre as demais nações e povos do mundo. Este surto tardio, brutal e primitivo do imperialismo europeu, contido e derrotado por forças mundiais política e militarmente mais poderosas (e mais afinadas com o realismo e o conceito de civilização) alcançados pela "Humanidade", decretou uma reversão e recuo planetários da expansão européia iniciada no século XVIII. A descolonização internacional que se alastrou pelo continente africano e pelo mundo asiático, após a Segunda Guerra Mundial, traduziu-se, geopoliticamente, por um recuo dos europeus às suas primitivas fronteiras.

É uma ilusão, contudo, imaginar que as tendências de expansão territorial e domínio político que se designam sob o nome de imperialismo, e cuja contrapartida para as nações e povos politicamente dominados, configura o colonialismo, estejam mortas na Europa ou em qualquer outra parte do mundo. Essa tendência se acha inscrita no equipamento genético do animal humano e só por uma elevação mais alta da consciência, da cultura, do espírito — enfim, daquilo a que com propriedade se possa chamar de "civilização" — pode ser contida e superada na convivência entre as sociedades humanas que ocupam e dividem este planeta. Nenhum ecumenismo legítimo e estável será viável antes disso.

Isto significa duas coisas: em primeiro lugar, que as tendências imperialistas continuam latentes no mundo contemporâneo — inclusive entre seus povos mais avançados; em segundo, que as ameaças de expansionismo colonial constituem um real perigo para nações mais jovens e mais fracas que, por inúmeras razões de ordem histórica, ainda não tenham chegado a uma efetiva ocupação de seu território e não disponham das forças necessárias militares e de consciência — para preservá-lo.

Há no mundo atual duas forças magnas determinando, inexoravelmente, as grandes diretrizes da política (entenda-se do poder): uma, a da explosão demográfica que envolve, inelutavelmente o conceito de espaço, com tudo o que lhe é pertinente; outra, a revolução tecnológica, que tende a, em poucas décadas, abrir entre os povos um abismo, uma divisão cultural, uma separação de interesses, como talvez jamais se viu em toda a história humana. Operando em direções divergentes sob muitos aspectos, convergem, embora, para uma realocação do espaço ecumênico e uma redistribuição mundial do trabalho que, em termos de geopolítica mundial, são o substrato de dois surtos do imperialismo e do colonialismo. Na sua essência — e por mais que a "consciência", a "civilização" e a "humanidade" a isso se oponham — ambos resultam e traduzem a existência de astronômicas diferenças entre os níveis de vida, cultura, liberdade e poder dos povos e nações do mundo. Impérios e colônias sempre foram a tradução política das diferenças de poder entre os povos — diferenças essas que, sendo culturais em toda sua extensão, sempre terminam por se ajustar militarmente e se institucionalizar politicamente. A luz dessas realidades, os conceitos de "humanidade", "progresso", "salvação" acabam por se constituir em lastro doutrinário da "razão" para justificativa de um domínio e tutela irresistíveis. É aqui que o "internacionalismo" e o "ecumenismo" são utilizados como capa de

interesses nacionais particularistas que são precisamente seu oposto. Nenhuma paz planetária, nenhuma harmonia universal serão atingidas sob os conceitos de tutela e domínio entre os povos e as nações.

Aparentemente, foi essa a tese magna vencedora na Segunda Guerra Mundial, tese que se transformou na doutrina oficial das nações democráticas. Contudo, as realidades políticas desde então evidenciam que as tendências expansionistas não se extinguíram, quer como ação de Estados e governos, quer como expressão de interesses de grupos. Elas são demasiadamente evidentes e reais para serem descartadas como simples fantasias de insignificantes grupos reacionários e sinistros, pois são capazes de falar em nome da "Humanidade", e mobilizar interesses os mais disparatados.

A Amazônia tem sido, em toda sua história, objeto da cobiça internacional. (Leia-se, entre outros, o livro de Arthur Cezar Ferreira Reis, que relata as tentativas e pressões que, desde os tempos da Colônia, vêm sendo feitas no sentido de invadi-la, desmembrá-la, subtrair a soberania brasileira na parte em que ela integra nosso território.) Não faz muitos anos, o famoso Instituto de Herman Kahn lançava a idéia do "lago amazônico", que teve repercussão internacional. E a verdade elementar é que, não fora o descortino do Itamaraty e das Forças Armadas brasileiras na compreensão dos perigos que rondam nossas fronteiras e a soberania sobre nosso território, coisas piores e imprevisíveis já teriam ocorrido como fatos consumados. Tais perigos e ameaças não se abrandaram nos dias correntes. A verdade, ao contrário, é que se intensificaram em virtude das pressões geopolíticas a que nos referimos, o que levou o Estado brasileiro no último quarto de século a ampliar consideravelmente seus esforços naquela região que representa quase dois terços do território do Brasil. Ainda hoje, um território mal conhecido, fracamente explorado, ocupado e defendido. É indispensável que o povo brasileiro tome consciência dessa situação, que o Estado brasileiro de todas as épocas jamais ignorou — como se vê ainda agora, pelo pronunciamento direto e franco de alguns dos seus ministros mais responsáveis.

A conspiração denunciada por este jornal, que envolve a Igreja, interesses mineiradores, grupos de pressão ideológica e signatários austríacos — interesses internacionais os mais disparatados —, não passa de novo capítulo da cobiça internacional pela Amazônia. O risco real que isto implica está em desprezarmos a maquinação pelos aspectos rocambolescos e grotescos que apresenta, quando, entretanto, novamente em nome da "humanidade", se fala em transformar o País em "nação pluriétnica", em "soberania restrita", em "nações indígenas", em demarcação de terras cujo solo e subsolo terão sua exploração reservada aos índios. A coisa já foi muito mais longe do que se pensa: 17,65% da área total da Amazônia legal já está demarcada como área de "nações indígenas"; se os 438 constituintes brasileiros mencionados por um dos "conspiradores" realmente aprovam os textos indígenas (mas formas pretendidas, aliás, pelos austríacos que sugeriram emendas à nossa Constituição), a "soberania restrita" estará consagrada e na prática a conspiração, por incrível que pareça, estará vitoriosa.

"Há uma conspiração internacional e temos de defender a área de falsos missionários", declarou o brigadeiro Moreira Lima, ministro da Aeronáutica; "É uma violação ostensiva e ameaçadora da soberania nacional" (...) "uma proposta abominável", declarou o cardeal d. Vicente Scherer; trata-se de "uma tentativa de invasão sem tropa", reiterou o ministro da Aeronáutica, comparando as atividades do Cimi às da quinta coluna do nazifascismo. Amazonino Mendes, governador do Amazonas, classificou de "crime de lesa-pátria" a proposta de "soberania restrita". Em sentido análogo se pronunciaram numerosas figuras nacionais.

O cônego Pedro Celso da Silva diz que o Estado "não é sério"; o bispo austríaco, d. Erwin Krautler, presidente o Cimi, considera "completamente falsas" as informações das reportagens; a CNBB resolve processar o jornal...

A 12 deste mês, entretanto, o Cimi de d. Krautler apresenta uma emenda popular à Constituinte dizendo: "O Brasil é uma República Federativa pluriétnica..." e adiante: "Os membros das Nações Indígenas possuem nacionalidade própria, distinta (...) da nacionalidade brasileira..." (grifos nossos). Numa palavra, é a proposta de desmembramento do País. Em qualquer país isto seria crime de alta traição. Com a palavra as autoridades, os constituintes e o povo brasileiros.